

***The Sovereign State and Its Competitors***

Hendrik Spruyt, 1994, Princeton, Princeton University Press, 288 pp.

Actualmente, a crescente interdependência económica, as transacções financeiras internacionais, os problemas ecológicos globais, as migrações humanas sem precedentes, impõem desafios ao Estado-nação que podem pôr em causa o seu próprio futuro. A conjugação de todos estes factores poderá levar a alterações na estrutura do sistema internacional. Hendrik Spruyt, professor no departamento de ciência política da Universidade de Columbia, salienta a importância histórica dos desafios contemporâneos. Como no passado, a emergência de novos actores e de novas instituições implica alterações na estrutura do sistema, as quais, por sua vez, poderão condicionar a evolução das suas unidades. As instituições sobre as quais assentava a ordem feudal, nomeadamente o império, os senhores feudais e a Igreja teocrática, foram substituídas por novas instituições, como as ligas de Estados, as cidades-Estados e os Estados soberanos. Estas instituições corresponderam à ascensão de grupos mercantis e dos centros urbanos. Mas das três instituições emergentes após o feudalismo referidas anteriormente, o Estado soberano foi a que melhor respondeu aos desejos e às necessidades da burguesia emergente e aquela que melhor se ajustou à realização dos seus interesses materiais. Para Spruyt, a evolução não foi no passado, nem necessita ser actualmente, de tipo unilinear. O triunfo do Estado soberano deveu-se à sua maior eficiência e maior efectividade perante as demais instituições com as quais teve de competir para se impor. Ser efectivo e eficiente é o desafio que se coloca mais uma vez ao Estado soberano, perante os seus novos competidores.

***Nation Against State: A New Approach to Ethnic Conflicts and the Decline of Sovereignty***

Gidon Gottlieb, 1993, New York, Council on Foreign Relations Press, 148 pp.

Numa altura em que o tema da crise do Estado-nação volta a ser tratado, Gidon Gottlieb propõe uma nova forma de abordar os conflitos étnicos, traduzida na expressão «states plus nations». O Estado hoje deixou de ser encarado como o meio preferencial de garantir o progresso, e já não é entendido como o veículo portador de crescimento económico, da modernidade, e da justiça social, como demonstram a degradação do ambiente ou o crescimento descontrolado da população mundial, em especial nos países menos desenvolvidos. Daí a necessidade de reforçar o papel das instituições internacionais como meio de complementar essas dificuldades do Estado-nação e para responder, em especial, aos conflitos étnicos que são o tema principal do trabalho de Gottlieb, que os associa, por um lado, ao declínio da soberania estatal e, por outro lado, à intervenção humanitária e à segurança colectiva. Os exemplos são

abundantes, mas Gottlieb analisa em particular os casos da Irlanda do Norte, do Chipre, da ex-Jugoslávia, dos Curdos, da Arménia e do Azerbaijão. Perante a inviabilidade de um sistema internacional constituído por quase duas centenas de Estados independentes, Gottlieb advoga a fórmula “states plus nations», que seria a base para o estabelecimento da segurança global e da prosperidade mundial.

***The New Cold War? – Religious Nationalism Confronts the Secular State***

Mark Juergensmeyer, 1993, Berkeley, University of California Press, 292 pp.

A relação entre o Estado-nação moderno, secular e ocidental e os movimentos nacionalistas religiosos constitui o tema de Mark Juergensmeyer, professor da Universidade da Califórnia em *The New Cold War*. Na sua perspectiva, o choque entre a religião e o Estado secular conquistará cada vez mais espaço político, o que irá originar alguns pontos de fricção. Em particular, Juergensmeyer salienta a dificuldade dos Estados ocidentais em compreender as justificações divinas que são conferidas às leis e instituições democráticas pelos nacionalistas religiosos, assim como a sua convicção de que determinadas áreas geográficas devem legitimamente pertencer a uma só religião, ou a exaltação de valores comunitários em detrimento de valores individuais. Qualquer um destes três aspectos por si só poderá constituir uma fonte de conflitos entre os Estados ocidentais modernos e os Estados de orientação religiosa.

Mas Juergensmeyer salienta outros problemas e incompreensões nas relações entre o Ocidente e os movimentos religiosos, nomeadamente, a leitura que uns e outros fazem da democracia e do problema da violência. Os nacionalistas religiosos rejeitam alguns procedimentos específicos da democracia mas aceitam o conceito de democracia como a vontade da maioria. Contudo, consideram que o sistema político existe com intuí-tos divinos, para garantir que a actividade humana está em consonância com uma ordem moral teocrática.

No que se refere à violência religiosa, Juergensmeyer afirma que se trata de acções políticas estratégicas. O seu objectivo consiste em quebrar o monopólio estatal da violência organizada e moralmente aceite, procurando assim os movimentos nacionalistas religiosos representar aqueles que haviam sido ignorados ou marginalizados pelo poder político instituído. Desse modo, destroem mais uma das traves-mestras do Estado moderno, tal como foi construído pela tradição ocidental.

***Nationalism and Nationalities in the New Europe***

Charles A. Kupchan, editor, 1995, Ithaca, Cornell University Press, 224 pp.

Este livro estuda o nacionalismo e o conceito de nacionalidade, entendendo-os não como elementos primordiais que apenas esperavam a altura de se manifestarem, mas como construções políticas e sociais. Simultaneamente, está presente, ao longo das diversas contribuições, a convicção de que o nacionalismo pode ter tanto efeitos desestabilizadores, como estabilizadores. Deste modo, a grande questão do pós-Guerra Fria consiste em «acomodar as forças nacionalistas e prevenir ao mesmo tempo a eclosão de conflitos» designadamente na Europa. O alargamento da UE deve ser a principal prioridade, mesmo em detrimento da União Económica e Monetária (UEM) e da União Política (UP).

Segundo Kupchan, professor da Universidade de Georgetown, compete aos responsáveis políticos cultivar os aspectos positivos do nacionalismo, construir estruturas estatais estáveis, sociedades civis tolerantes e instituições internacionais robustas. A fragmentação de Estados exemplifica as consequências mais disfuncionais do nacionalismo. Contudo, o Estado-nação pode fornecer sentimentos de segurança, de bem-estar económico e de pertença aos seus membros, sem que isso signifique necessariamente racismo, xenofobia ou exclusão. Nas palavras de Kupchan, «o nacionalismo é uma ideologia que apela à fusão do sentimento nacional com o Estado funcional». E acrescenta: «o Estado é puramente administrativo (...), a nação é puramente emotiva». Essa conjunção fornece a uma população específica uma identidade política comum, que no caso da Europa centro-oriental, através do nacionalismo étnico, pode ter efeitos desestabilizadores. Mas não é inevitável.

***Nationalisms: The Nation-State and Nationalism in the Twentieth Century***

Montserrat Guibernau, 1996, Cambridge, Polity Press, 174 pp.

Este livro é mais um contributo na análise do nacionalismo – em particular os seus elementos sociais, políticos e psicológicos –, o qual Montserrat Guibernau caracteriza como uma ideologia directamente relacionada com a ascensão do Estado-nação e com os conceitos propagados pelas revoluções francesa e americana, em particular os conceitos de soberania popular e de democracia. Na sua análise merecem particular destaque trabalhos clássicos como os de Treitschke, Marx, Durkheim e Weber, embora não deixe de referir também autores contemporâneos como Giddens, Kedourie, Kohn, Gellner e Anderson.

Guibernau aborda em pormenor a relação entre o Estado e a nação, nomeadamente a atitude política das minorias sem Estado, bem como o papel do nacionalismo no Terceiro Mundo e, em particular, em África. Nesta dicotomia entre Estados sem nação e nações sem Estado,

Guibernau considera que continuará a ganhar força o nacionalismo das nações sem Estado. Isto porque o desejo comum de reconhecimento político revela-se suficientemente forte para que a identidade nacional funcione como elo agregador. Mas, neste final de século, igualmente poderosa será a religião na reconstrução das identidades nacionais. O fundamentalismo islâmico é um sinal disso mesmo, mas também de rejeição da modernidade e de resistência às tendências de globalização.

***Beyond Westphalia? State Sovereignty and International Intervention***

Gene M. Lyons e Michael Mastanduno, editores, 1995, Baltimore, The Johns Hopkins University Press, 324 pp.

A evolução do conceito de soberania é o tema principal ao longo das páginas deste livro, para o qual colaboraram, além de Gene M. Lyons e Michael Mastanduno, professores do Colégio de Dartmouth, Stephen D. Krasner, professor da Universidade de Stanford, e James N. Rosenau, professor da Universidade George Washington.

Os diferentes autores procuram avaliar se as intervenções internacionais significam uma erosão, ou pelo menos, uma evolução no conceito de soberania, apesar de, como salientam Lyons e Mastanduno, o conceito de soberania nunca ter sido entendido de forma absoluta. Daí a dificuldade em avaliar correctamente a relação existente entre o Estado e a comunidade internacional. Qual dos dois actores será a longo prazo detentor de maior autoridade? As respostas divergem e as conclusões também. O sistema internacional contemporâneo está de facto em mudança; todavia não é ainda nítido se essa evolução representa uma alteração decisiva na relação de autoridade entre o Estado e a comunidade internacional, ou se reflecte apenas uma adaptação ao novo contexto político e económico.

Rosenau entende que essa relação representa um dado novo, Krasner adopta uma posição mais reservada. Para o primeiro, o processo de globalização colocou a independência territorial perante desafios a que não soube ou não foi capaz de responder. A crescente interdependência, o progresso nas telecomunicações, a globalização da economia, geraram uma crise de autoridade do Estado soberano, que implica uma reestruturação da sua própria legitimidade. Para o segundo, intervenções internacionais que violaram a soberania dos Estados sempre houve e, hoje como ontem, isso depende da distribuição internacional do poder. Os mais fortes sempre violaram a soberania dos mais fracos e, nesse sentido, não existe nenhum dado novo que explique os factos de outra forma mais consistente.

Lyons e Mastanduno retiram algumas ilacções do debate entre Rosenau e Krasner. De facto, com a crescente interdependência e o fim da Guerra Fria, aumentaram os constrangimentos sobre a soberania do Estado, inclusive sobre os seus cidadãos, economias e territórios, mas a

comunidade internacional não tem ainda os recursos e a capacidade organizacional para ser uma alternativa viável ao Estado soberano.

***Nations and Nationalism in a Global Era***

Anthony D. Smith, 1995, Cambridge, Polity Press, 211 pp.

Como explicar este paradoxo? Hoje em dia, renascem os nacionalismos étnicos e os fundamentalismos religiosos, apesar da crescente interdependência, do processo de globalização e do aprofundamento nas comunicações.

Anthony Smith chama a atenção para esta aparente contradição, esclarecendo que considera o Estado-nação apto para continuar a resistir a esses desafios. O processo de globalização aproxima as diferentes culturas, mas ao mesmo tempo revela as diferenças, encoraja a comparação étnico-histórica e incentiva a proliferação de situações propícias à fragmentação territorial. Os avanços nas telecomunicações amplificam e, simultaneamente, difundem as diferenças culturais e a singularidade histórica. A interdependência não representa inevitavelmente a erosão e a desintegração do Estado-nação.

A União Europeia (UE), por exemplo, não compete em termos de legitimidade com o Estado-nação. Antes representa um novo nível de poder e legitimidade. A UE é o exemplo prático da tentativa de construção de memórias, tradições, valores, mitos e símbolos comuns europeus, à imagem do Estado-nação e não em sua substituição.

***La Fin des Territoires – Essai sur le Désordre Internationale et sur l'Utilité Sociale du Respect***

Bertrand Badie, 1995, Paris, Fayard, 278 pp.

A queda do Muro de Berlim veio, segundo Bertrand Badie, professor de ciência política no Institut d'Études Politiques de Paris, precipitar e amplificar o eco político que os problemas do Estado-nação ainda não tinham, enquanto, ao mesmo tempo, a ONU não conseguia impor-se como instrumento de integração dos múltiplos Estados que a compõem, antes sendo o meio de reafirmação e distinção dos Estados territoriais.

A «nova ordem mundial», para além de representar o triunfo do neoliberalismo, veio confirmar também, por um lado, o triunfo da globalização e da modernidade, por outro, o regresso dos etnicismos, dos confessionalismos e dos particularismos. A «ordem internacional» perdia a sua dimensão territorial através da proliferação de actores não-territoriais, tornava-se a-territorial, unificando-se, globalizando-se e, paralelamente, assumindo uma instabilidade conflagradora perante as alterações rápidas e imprevisíveis que marcam os nossos dias.

***American Hegemony - Political Morality in a One-Superpower World***

Lea Brilmayer, 1994, New Haven, Yale University Press, 263 pp.

O debate entre os neoliberais e os neo-realistas conhece mais um passo com este livro de Lea Brilmayer, professora da New York University School of Law. Assumindo uma posição liberal, Brilmayer questiona-se acerca do rumo que a política externa norte-americana deve assumir no pós-Guerra Fria, o qual caracteriza como um período de hegemonia política, militar, económica e mesmo psicológica dos EUA. Perante esta realidade, a política externa norte-americana deve ser revista e adaptada, passando a utilizar critérios morais tal como acontece na política interna. Segundo Brilmayer, afirmar que a natureza anárquica do sistema internacional impede a utilização de valores morais na política externa não faz sentido. Tal constitui uma forma errada e excessivamente simplista de analisar a relevância dos valores morais, de abordar a política interna e a política externa, assim como também é um meio pouco adequado de estudar as relações internacionais. Independentemente da distribuição do poder no sistema internacional, não existem obstáculos à utilização de valores morais na política externa. Isto porque os EUA têm de executar políticas legítimas e aceites pelos Estados com menor poder no sistema internacional, de acordo com o Direito Internacional e com os Direitos Humanos, e conformes ao respeito pela democracia. Só assim a hegemonia norte-americana será compatível com valores morais, e só assim será possível construir um sistema internacional estável. A hegemonia dos EUA será moralmente aceitável e legítima se conseguir conciliar os seus valores internos e a sua política externa, se instaurar a solidariedade entre os Estados independentemente da distribuição de poder, se conseguir ser aceite pelos restantes Estados enquanto potência dominante.

***Idealism without Illusions - U.S. Foreign Policy in the 1990s***

George Weigel, 1994, Washington, Ethics and Public Policy Center, 254 pp.

Procurando conciliar no pós-Guerra Fria a *Realpolitik* com determinados valores morais e religiosos, Weigel procura instaurar na política externa dos EUA cada vez mais o primado do Direito Internacional. Com o fim do conflito que opôs os EUA à URSS, o qual terminou com a vitória do Ocidente, reuniram-se as condições para um ressurgimento da história e da sociedade civil. Mas, finda a validade da estratégia de contenção, à qual se deveu a vitória na Guerra Fria, urge encontrar uma nova linha de acção que defina os princípios da política externa norte-americana. A segurança colectiva não faz sentido na medida em que não existe em termos funcionais uma verdadeira comunidade internacional. A resposta também não poderá ser isolacionista, antes sendo necessário encontrar novas

formas de associação política. A soberania dos Estados não pode continuar a ser considerada um princípio inviolável, tal como o princípio da autodeterminação não pode ser aplicado até ao seu extremo. Novas soluções têm de ser procuradas, e os EUA devem inevitavelmente complementar a formulação do seu interesse nacional com a formulação de um dever e um fim morais.

***Between Two Worlds - Realism, Idealism, and American Foreign Policy After the Cold War***

David Callahan, 1994, New York, HarperCollins, 391 pp.

Sem um inimigo global visível após a derrocada da União Soviética, a lógica pessimista do paradigma realista parece difícil de defender. Na perspectiva de David Callahan, a política externa dos EUA deve assumir uma posição mais ambiciosa, procurando promover a democracia, o desenvolvimento sustentado e a segurança colectiva. A cooperação pacífica entre os Estados tornou-se cada vez mais uma realidade em grandes áreas do globo, em detrimento do conflito armado. Assim, uma política externa idealista poderá ser aplicada no pós-Guerra Fria pelos norte-americanos. Hoje, mais do que nunca, um conflito entre as grandes potências europeias tornou-se pouco provável. Com o crescente número de Estados democráticos, a interdependência económica e os elevados custos da guerra, abrem-se novas oportunidades.

Callahan considera que o princípio da segurança colectiva pode funcionar por razões várias, nomeadamente, porque na actualidade nenhum Estado é suficientemente poderoso ou auto-suficiente, de modo a poder fazer frente a qualquer coligação de Estados ou suportar quaisquer sanções colectivas. Por outro lado, as grandes potências estão de acordo relativamente à ordem internacional que pretendem desenvolver e, por último, existe um entendimento no sentido de um compromisso que permita reforçar a comunidade internacional.

No que se refere à promoção da democracia, Callahan entende que os EUA devem promovê-la, na medida em que um sistema internacional composto por Estados democráticos tem maiores probabilidades de ser pacífico. Os Estados democráticos não têm motivações ideológicas de modo a assumirem uma conduta de política externa expansionista. Paralelamente, revelam capacidade para assumir um papel mais construtivo nas instituições supranacionais.



***World Orders, Old and New***

Noam Chomsky, 1994, London, Pluto Press, 311 pp.

O ponto de partida de Noam Chomsky, professor de linguística do Massachusetts Institute of Technology, consiste em determinar se o fim da Guerra Fria significou o fim da ordem vigente nos últimos cinquenta anos, ou se, pelo contrário, tudo está na mesma. As conclusões de Chomsky não poderiam ser mais pessimistas. A nova/velha ordem mantém-se e nada se alterou. Existem de facto alguns dados novos, a crescente internacionalização económica e suas consequências, a propagação do sistema capitalista ao antigo bloco de Leste, mas no essencial tudo se mantém. Por um lado, o respeito pelo primado da lei e pela racionalidade económica para os mais fracos, por outro lado, o direito a aplicar a força quando necessário para os mais fortes.

Chomsky considera que no essencial não ocorreram mudanças determinantes, o que significa que o sistema internacional continua a caracterizar-se pela autoridade ilegítima dos mais fortes, pela injustiça e por uma relação entre os diversos Estados que se caracteriza pela desigualdade de comportamentos e de oportunidades. Tudo está na mesma, existindo o que designa de «ilhas de grandes privilégios num mar de miséria», sendo que os Estados mais poderosos têm um controlo do sistema de natureza totalitária, apesar da fachada democrática. Segundo o autor, para que realmente possamos falar de mudança, terá de ocorrer um desmantelamento das estruturas de dominação, o que manifestamente ainda não ocorreu. Chomsky, o veterano de todas as causas radicais, incluindo as mais ambíguas, decidiu também não mudar.

***Collective Security Beyond the Cold War***

George W. Downs, editor, 1994, Ann Arbor, The University of Michigan Press, 275 pp.

O professor da Universidade de Princeton, George W. Downs, organizou o seu livro em três áreas — perspectivas teóricas, perspectivas históricas e aplicações contemporâneas do conceito de segurança colectiva.

Na primeira parte, Charles A. Kupchan demonstra como um sistema semelhante a um concerto europeu tem desvantagens relativamente ao sistema de equilíbrio de poderes que tem capacidade para fornecer aos Estados o mecanismo coordenador na obtenção dos fins que pretendem alcançar, sem a complexidade que caracteriza o primeiro. Emerson Niou, professor da Universidade de Duke e Peter Ordeshook, professor do California Institute of Technology, procuram avaliar em que medida os incentivos individuais de que os Estados necessitam são compatíveis com aqueles que a segurança colectiva fornece. Segundo Niou e Ordeshook, para que a segurança colectiva possa ter êxito torna-se necessário fazer coincidir o seu objectivo com o interesse individual dos Estados. Nesse



sentido, a segurança colectiva tem de criar permanentemente interesses e benefícios comuns. Em sintonia com o pessimismo expresso pelos dois autores anteriores, William Bianco, professor da Universidade de Duke, e James Lindsay, professor da Universidade do Iowa, demonstram como as possibilidades de punir os Estados que violem o princípio da segurança colectiva são reduzidas, embora não sejam inexistentes.

No que diz respeito às aplicações contemporâneas da segurança colectiva, é particularmente interessante o contributo de Charles Glaser, professor da Universidade de Chicago. Segundo Glaser, a NATO é a estrutura de segurança mais adequada para fazer frente a um eventual ressurgimento russo. A Aliança Atlântica é a organização que melhor pode dar garantias de segurança aos Estados da Europa centro-oriental e a melhor posicionada para intervenções humanitárias nessa *área*. Paralelamente, a Aliança Atlântica permite manter uma presença norte-americana na Europa e assegurar que as preocupações de segurança não dividirão a Europa ocidental. Com tudo isto, não pretende alargar a NATO ao ponto de ser uma organização de segurança continental. Glaser exclui a possibilidade da Rússia vir a ser um Estado-membro. No que se refere ao papel da UEO no pós-Guerra Fria e no seguimento do anteriormente descrito, este autor considera que esta deverá ser um complemento à NATO e não um substituto da Aliança Atlântica.

***Liberal Leadership – Great Powers and Their Challengers in Peace and War***

Mark R. Brawley, 1993, Ithaca, Cornell University Press, 211 pp.

Mark R. Brawley, professor de ciência política da Universidade de McGill, analisa as dinâmicas do sistema internacional e a relação entre a guerra e a direcção hegemónica. Os sistemas internacionais liberais emergem após períodos de guerra, e o Estado vencedor utiliza o seu poder para organizar, e posteriormente manter, uma comunidade internacional estável. Mas, à medida que a potência dirigente vai perdendo poder comparativamente ao poder dos outros Estados, a coesão e a ordem sistémicas diminuem. Segundo Brawley, com este declínio, o comércio internacional é afectado, as rivalidades político-militares aumentam, e eventualmente terá lugar outra grande guerra, iniciando-se assim mais um ciclo igual ao anterior.

Salientando os factores políticos internos dos Estados, Brawley considera que os EUA enquanto potência dirigente liberal internacional, devem apoiar activamente o desenvolvimento económico e associar essa evolução ao processo de democratização. Os norte-americanos têm a longo prazo muito a ganhar com a promoção das instituições democrático-liberais, pelo que devem associar o apoio económico prestado à Europa centro-oriental aos progressos que estes Estados façam na adopção da democracia.

***Communism: The Vanished Specter***

Richard Pipes, 1994, Oxford, Oxford University Press, 84 pp.

Este livro resulta das Spring Lectures do Instituto Nobel norueguês, proferidas por Richard Pipes, professor da Universidade de Harvard. Pipes propõe-se analisar quais as razões que estiveram na origem do sucesso do comunismo na Rússia, para depois procurar definir quais as causas que estiveram por detrás do seu colapso. Os elementos que explicam o sucesso do comunismo na Rússia são vários, mas Pipes destaca os factores culturais, políticos e económicos. Embora os bolcheviques não tivessem o apoio da maioria da população russa, conseguiram ter êxito na medida em que souberam aproveitar o património cultural russo, o qual encarava pacificamente a existência de poderes ilimitados por parte do Estado, revelava alguma animosidade para com a propriedade privada dos meios de produção, e aceitava sem grande choque o desrespeito pela lei. Se esses elementos explicam o êxito na implantação bolchevique, são úteis também no que diz respeito à análise da queda do comunismo e do desmoronamento da própria URSS. O património cultural russo não é hoje aquele que era no início do século. Desse modo, uma vez que a população russa deixou de tolerar situações caracterizadas pela existência de poderes ilimitados por parte do Estado, passou a encarar a propriedade privada de outra forma, e começou a revelar intolerância pelo desrespeito da lei, o regime soviético estava condenado.

Por outras palavras, Pipes considera que as razões do colapso da URSS são de âmbito interno e não devido à pressão ocidental sobre as elites do regime comunista. A queda do regime ocorre porque o sistema soviético era irreformável e não porque os Estados Unidos através da política de contenção e de oposição condicionassem as opções de Moscovo.

***Cosmopolitan Democracy – An Agenda for a New World Order***

Daniele Archibugi e David Held, editores, 1995, Cambridge, Polity Press, 190 pp.

Este trabalho conjunto pretende analisar a democracia cosmopolita emergente, e as suas disfunções. Algumas das questões que Archibugi e Held analisam neste livro referem-se aos problemas da crise do Estado-nação, à ausência de uma sincronização entre o domínio da autoridade política e o sistema económico global, às consequências do transnacionalismo e da crescente interdependência. Num sistema internacional em mutação e onde a organização social instituída perde eficácia, os autores propõem a extensão da democracia à sociedade internacional para resolver essa crise. O primeiro passo nesse sentido deverá ser a formulação de uma nova concepção de democracia, baseada numa forma diferente de abordar as relações internacionais e, em última análise, numa nova perspectiva de relacionamento entre os Estados. Na opinião de Archibugi e de Held, para fazer frente às dificuldades

crescentes do sistema internacional é preciso criar novas organizações e instituições, para lá dos velhos Estados.

Norberto Bobbio procura averiguar se será possível pôr em prática um sistema internacional democrático onde apenas existam Estados autocráticos, assim como se será possível manter um sistema internacional autocrático quando os Estados são democráticos.

Luigi Bonanate propõe-se demonstrar o quanto irrealista será excluir a moral do sistema internacional, ao ponto de afirmar não ser um Estado verdadeiramente democrático se tiver uma política externa de cariz autoritário. Essa orientação poderá mesmo, segundo Bonanate, colocar as instituições democráticas internas dos Estados em causa, ou pelo menos enfraquecê-las, não esclarecendo todavia como é que esse processo se desenvolve. Todavia, na linha de pensamento desenvolvida recentemente por Bruce Russett e Michael Doyle, Bonanate afirma que as democracias são menos predispostas à guerra, o que não as impede de vencer as guerras em que se envolvem. Por outro lado, os Estados vencidos – geralmente autocráticos – ficam vulneráveis e receptivos a mudanças de regime, imitando os vencedores, pelo que, em última análise, o campo democrático poderá aumentar.

### ***The Dream That Failed: Reflections on the Soviet Union***

Walter Laqueur, 1994, Oxford, Oxford University Press, 231 pp.

Esta obra culmina uma série de estudos sobre o comunismo e a União Soviética de Walter Laqueur. Desde logo, Laqueur destaca um facto que na sua perspectiva teve um papel decisivo ao longo da história da URSS: o acaso. Da sua constituição até à sua queda, a história da URSS consiste numa série de acasos e coincidências mais ou menos felizes, como «a estratégia de Lénine em 1917, a desunião dos seus inimigos na guerra civil, as intervenções a meio gás dos aliados entre 1918 e 1920, ou a política racial dos invasores nazis». Com isto, Laqueur não pretende desculpabilizar o fracasso histórico do bolchevismo, ou a incapacidade de concretizar o seu «sonho». Simplesmente, a natureza totalitária do regime, passada a fase de euforia inicial, levaria inevitavelmente à estagnação – o que ocorreu em meados da década de 60 e se prolongou pela década seguinte –, embora a URSS não tivesse obrigatoriamente de terminar como e quando terminou. Contudo, assim como não existe uma explicação inteiramente racional para os êxitos iniciais, não existe também para o seu colapso. Ninguém foi capaz de prever o desmoronamento da URSS, embora fosse patente há muito tempo que a população soviética deixara de acreditar nos mitos do comunismo russo. Tudo não passara afinal de mais uma «grande mentira».

***Reinventing the Left***

David Miliband, editor, 1994, Cambridge, Polity Press, 254 pp.

Uma vez eliminada toda a possível credibilidade do modelo comunista com a derrocada dos regimes da Europa de Leste, e a fragmentação da ex-URSS, conseguirá a esquerda preencher essa oportunidade?

Esse é o grande desafio que a esquerda tem de enfrentar neste final de século. Por um lado reinventar a política, por outro, reinventar-se a si mesma, superando velhas fórmulas e enfrentando os novos problemas que se lhe deparam. Anthony Giddens começa por salientar a importância de controlar a espiral de violência que as sociedades democráticas enfrentam perante a ameaça crescente do fundamentalismo. Com o intuito de fazer frente a esses perigos, Giddens defende uma reconstrução das solidariedades sociais. Tal permitiria o renascer da sociedade civil, assim como reconciliar a autonomia e a interdependência nas várias esferas da vida social. Por outras palavras, a esquerda terá de enfrentar os desafios colocados pela era moderna, tendo consciência de que as crescentes capacidades tecnológicas não geram um maior controlo por parte das sociedades democráticas perante os perigos que enfrentam.

David Held defende uma *estrutura de acção* comum, a qual implica que os desfavorecidos sejam tratados de forma privilegiada, de modo a que possam ter as mesmas hipóteses que todos os outros cidadãos. A esquerda compete desta forma fazer face às assimetrias, quer em termos de poder, quer em termos de oportunidades.

***Controversies in International Relations: Realism and the Neoliberal Challenge***

Charles W. Kegley, Jr., editor, 1995, New York, St. Martin's Press, 374 pp.

O debate entre o neo-realismo e o neoliberalismo constitui o tema abordado nesta antologia, para a qual contribuem nomes de prestígio, como sejam, Ole Holsti, Kenneth Waltz, Joseph Grieco, James Lee Ray, Michael Doyle, Richard Matthew e Mark Zacher, para citar apenas alguns. Os artigos dividem-se entre textos revistos que haviam já aparecido em publicações especializadas, e originais elaborados tendo em vista a sua publicação nesta obra.

Trata-se de uma introdução ao estado actual do estudo das teorias das relações internacionais, concentrado sobre as principais clivagens entre o neo-realismo e o neoliberalismo. Este livro descreve os princípios e teorias realistas aos quais os teóricos neoliberais estão a reagir, assim como a resposta neo-realista às interrogações levantadas pelos liberais. Kegley permite deste modo que se realize um debate entre os dois paradigmas, o qual é fortemente influenciado pela evolução do pós-

Guerra Fria, sendo que a tendência aponta para uma cada vez maior convergência das duas correntes.

E precisamente esta realidade que constata James Lee Ray. O autor demonstra como os princípios liberais só agora recuperaram das implicações das duas guerras mundiais deste século, assim como da Guerra Fria. Só actualmente os neoliberais conseguiram ultrapassar o pessimismo que dominou este século. Contudo, a convergência é cada vez maior entre os autores que defendem a importância dos regimes internacionais e aqueles que realçam antes a importância da estrutura do sistema.